

SEGUNDO RELATÓRIO SOBRE A PROBLEMÁTICA
INDÍGENA NO MARANHÃO, ESPECIALMENTE NAS
RESERVAS TURIAÇU, CARU E PINDARÉ

ELABORADO POR

MERCIO PEREIRA GOMES, Ph.D.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS, 09 DE NOVEMBRO DE 1983.

APRESENTAÇÃO

Um ano atrás apresentei o primeiro relatório sobre a problemática indígena no Maranhão, sobretudo no que concerne a situação presente das reservas Turiaçu, Caru e Pindaré e os seus habitantes Tenetehara, Urubu-Kaapor e Guajá - diante da construção da Ferrovia Carajás e dos problemas que dela advirão. Naquele relatório, que também abordava os problemas gerais das reservas Araribóia, Governador e Krikati e da Sexta Delegacia Regional da FUNAI (6^a D.R.), a problemática indígena maranhense foi colocada nos seguintes termos:

- X 1. Está inserida no contexto político e social do estado e da nação.
2. As principais questões são:
 - a salvaguarda das terras ora demarcadas;
 - a demarcação oficial da reserva Krikati;
 - a criação de áreas para os índios Guajá através da reativação da Reserva Florestal do Gurupi;
 - a programação, no prazo de cinco anos, do contato e favorecimento das condições necessárias para a sobrevivência dos Guajá.
3. Todas essas questões só poderiam ser efetivadas através de uma mudança real da filosofia indigenista ora em existência na 6^a D.R.
4. Entre as principais mudanças, sugeri a descentralização da 6^a D.R. através da criação de uma Ajudância a ser localizada no interior da Reserva Pindaré, a 13 km da cidade de Santa Inês. Essa ajudância ficaria encarregada de melhor organizar e orientar as áreas indígenas que se encontram no âmbito de impacto indireto (conforme definição do próprio Banco Mundial) da Ferrovia Carajás, promovendo uma integração dessas áreas e seus habitantes. X

O referido relatório foi como tal apresentado à presidência da FUNAI através do seu presidente, Coronel Parlo Leal, e seus assessores diretos, no dia 27 de setembro de 1982. A sua recepção teve um cunho de expectativa. No entanto, a presidência da FUNAI não demonstrou esperanças de acatar a maioria das propostas apre-

sentadas, reservando-se como de seu direito e para melhor consideração de órgãos superiores a ela, a efetivação ou não dessas propostas. De fato, só as questões da preservação das áreas já demarcadas e a programação do contato e sobrevivência dos Índios Guajá é que foram recebidas com apreço e colocadas como parte integrante de seus planos para a área.

Realmente, passado esse ano de 1982-83, posso concluir que esses dois pontos estão sendo trabalhados de uma maneira satisfatória. A preservação das áreas já demarcadas está sendo efetivada através do avivamento dos seus limites e da ação contínua da 6ª D.R. quando requisitada pelas circunstâncias. Assim é que, à custa de muito trabalho por parte dos chefes de posto da Reserva Turiaçu, foram retirados de dentro da reserva mais de uma dezena de invasores que já haviam aberto nove grandes roças, no decorrer do ano passado. Na Reserva Caru, que permanece em constante perigo de invasão em massa, o trabalho da Equipe Móvel Guajá, com a construção dos postos de vigilância, foi fundamental para a inviolabilidade da reserva. Foi descoberto, na parte sudeste extrema da reserva, um plano de invasão de cerca de 800 hectares que seriam distribuídos a mais de trinta famílias (ver anexo 1).

O programa de contato dos Guajá, embora sem cronograma regular e dificultado pela insegurança de contratação de seus efetivos, tem demonstrado um desempenho positivo na região. A Equipe Móvel Guajá (EMG), dirigida pelo sertanista Cornélio Vieira de Oliveira, construiu os dois primeiros postos de vigilância na Reserva Caru, entrou em contato com povoados regionais perto dos quais têm aparecido sinais inquestionáveis de Índios Guajás arreios - com o fim de obter informações concretas para um contato com esses Índios - e, por fim, tem tentado criar um esprit de corps necessário no programa de ajudar na sobrevivência Guajá.

Em que pesem esses dois pontos positivos, como se poderia avaliar, de um modo geral, a ação da FUNAI e da 6ª D.R. nesse último ano? Dividindo o órgão em três instâncias, quais sejam, a nacional, a regional e a local, pode-se dizer que é nesta última instância onde se encontra maior determinação e desempenho positivo. Realmente, o trabalho das chefias de posto, sobretudo nos postos indígenas Pindaré, Alto Turiaçu e Awa, merece elogios sinceros. A Equipe Móvel Guajá, *idem*. No nível regional, a situação enfrenta-se ainda indefinida. Nestes dois últimos anos, nada menos

que quatro delegados, sendo que o último foi nomeado em setembro próximo passado, têm tentado, de maneira diversas, pôr a casa em ordem. O seu insucesso se deve primordialmente à insegurança dos seus mandatos e nem sempre a questões de ordem pessoal. Essa insegurança, por sua vez, advém da situação indefinida na instância nacional. De certa forma, tem-se que reconhecer que essa indefinição, no que tange à questão Ferrovia Carajás, é exacerbada pela desarmonia entre as intenções do Projeto Carajás formulado pela FUNAI e os requisitos requeridos desse projeto pela Companhia Vale do Rio Doce. Tais requisitos são de ordem administrativa, o que não cabe aqui comentário maior. Porém, num sentido mais amplo, há que se frisar a defasagem do projeto inicial e as necessidades atuais reconhecidas pela própria FUNAI na instância regional. A reformulação desse projeto deve partir da conjunção de esforços entre essas duas instâncias e a própria CVRD.

Deve-se notar que os pontos apresentados no relatório anterior que não foram levados em consideração são da alçada da instância nacional. A criação de uma política indigenista adequada à região através da formulação de novos princípios filosóficos de ação, o reconhecimento de áreas Guajã através da ampliação das reservas Turiaçu e Caru dentro da Reserva Florestal do Gurupi, a demarcação da Reserva Krikati e a criação da Ajudância do Pindaré - são todas decisões que caberiam à presidência da FUNAI, partindo daí o trabalho de efetivação pela 6^a D.R. em São Luís. A quem ou a quem imputar esse desinteresse não me cabe neste relatório, nem analisar as suas razões.

Porém, faz-se mister refletir aqui um pouco sobre o papel do antropólogo-etnólogo, e as obrigações a ele inerentes, diante desse quadro não satisfatório de quem propõe e não é ouvido.

Recentemente, em um simpósio sobre "Carajás e a Problemática Indígena" realizado por ocasião do 35º Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Belém, tive ocasião de apresentar as principais questões dessa problemática para o estado do Maranhão. Em seguida houve um debate entre os membros do simpósio e a platéia, que se desenvolveu em torno dos problemas morais e políticos decorrentes do trabalho do etnólogo no Programa Carajás e, por extensão, em qualquer projeto dessa natureza, como o Polonoroeste, a barragem Tucuruí, etc. Ficou evidenciado um impasse que se traduz no ditado popular: "Se correr o bicho pe

ga, se ficar o bicho come".

O que há de fazer o etnólogo diante da iminência de um desastre etnocida, como o que poderá vir a acontecer no Maranhão devido às mudanças nas relações de produção que estão ocorrendo na região da influência da Ferrovia Carajás? Fica evidente a limitadíssima capacidade do etnólogo de promover seu conhecimento em benefício dos povos a quem dedica seu esforço humano e intelectual. Esse conhecimento é primeiramente mediatizado por agências governamentais várias de forma a moldar-se aos seus interesses específicos e gerais. No nível geral, os interesses nem sempre são promovidos em benefício da nação brasileira como um todo, sabemos disso. Por exemplo, já notamos no primeiro relatório a presença de cerca de 300.000 camponeses na área maranhense imediatamente ligada à Ferrovia Carajás e às populações indígenas. O que está sendo criado para promover a estabilização desses camponeses no campo de maneira a não causar divergências com os povos indígenas? Infelizmente, nada.

Em segundo lugar, a relação entre o etnólogo e a FUNAI tem sido, nos últimos anos, em geral, na melhor das hipóteses, claudicante. A FUNAI, apesar dos seus últimos expurgos internos, carece de uma motivação de diálogo e padece das condições provocadas por uma política agrária de pequeno apelo democrático. Nesse sentido, o interesse indígena, no que se refere à sua integridade étnica, é visto como um problema a ser solucionado de acordo com as demandas da política agrária à qual está subordinada. Não parece ser outra a razão pela qual a Reserva Krikati não foi demarcada, nem foi reativada a Reserva Florestal do Gurupi pelo reconhecimento de territórios Guajá. x

Por outro lado, existe um aspecto novo, embora ainda não muito bem definido, no papel do etnólogo. Ele se sabe membro de uma nação que efetivamente não tem sido historicamente correta e nem tolerante com os povos indígenas. As concessões que esta nação já fez aos povos indígenas não são nada mais que isso: concessões, no que se refere à preservação de uma parte do seu território e no reconhecimento de sua especificidade cultural. Os povos indígenas não são vistos como parte integrante e permanente do cenário nacional: são vistos como povos em transição a um estágio imaginado de "brasileiridade". Mas na sua prática, o etnólogo é

levado a uma identificação humanista, se não cultural, com os povos indígenas, chegando desse modo a compartilhar de seus anseios e a respeitar os seus projetos de vida. E mais ainda, a fazer isso como membro da nação brasileira, uma entidade mais ampla que a cultura ou civilização brasileira, ou as formas de poder vigente, uma identidade onde cabem no seu seio os povos indígenas como elementos integrantes e permanentes. Daí é que, lutar pela sobrevivência desses povos significa lutar pela ampliação do conceito de nação brasileira. A periclitância desses povos implica a diminuição da dimensão nacional pela perda de mais uma possibilidade histórica.

Para o etnólogo não parece ser outra a razão inconsciente pela qual uma boa parte da nação brasileira sentiu e apoiou os direitos de representação parlamentar do Deputado Mário Juruna em recente incidente de atrito com o poder executivo. Aliás, a própria eleição do Deputado Juruna já é sinal desse sentimento. Desse modo, pode-se compreender melhor porque é que, mesmo sob a forma de concessões, alguma coisa tem sido feita pelos povos indígenas. Cabe à etnologia brasileira analisar e explicitar esse aspecto do conceito de nacionalidade para que possamos integrar a luta pelos direitos indígenas não mais como uma luta romântica (paternalista ou de bom mocismo) mas uma luta que se impulsione pela formação da nação brasileira em bases humanas reais.

Na nação brasileira estão inseridos o etnólogo, os índios e a FUNAI. Esses elementos compõem uma estrutura hierárquica e portanto em conflito. A sua tendência, no entanto, é a busca de uma estruturação harmônica que se componha com as outras forças nacionais. Na conjuntura atual o conflito é exacerbado pela maior rigidez da hierarquização, o que de certa forma tende a se esfacelar, sobretudo em face das outras mudanças que estão ocorrendo no país. Nessa eventualidade o reparo a ser feito será no sentido da recomposição do papel do etnólogo na política indigenista, como é de sua tradição desde José Bonifácio, Couto de Magalhães e o Marechal Rondon. Ser etnólogo, afinal, não exige nada mais que uma visão histórica das possibilidades dos povos indígenas num contexto mais amplo, que aqui definimos como a nação brasileira.

Se é pouca a capacidade de ação do etnólogo, sobretudo nessa limiar de novos tempos, nem por isso ele pode fugir a uma tradição de agir. Não é de hoje que a etnologia brasileira vem agindo,

arriscando confrontar-se com as asperezas da história e refletindo sobre isso. Lembremo-nos de Curt Nimuendaju e suas ponderações sobre o caso Parintintin; lembremo-nos dos esforços de Herbert Baldus para criar um programa no SPI para, em vão, dar condições de sobrevivência aos recém-contatados índios Xetá do oeste paraense; lembremo-nos de Eduardo Galvão e Darcy Ribeiro na Seção de Estudos do SPI no primeiro lustro da década de 50. Não foram desmeritosas essas preocupações e essas ações, muito embora nem sempre tenham tido os efeitos desejados. Por outro lado, o sucesso corou os esforços desses mesmos etnólogos e outros em prol de índios como os Tapirapé, os Xinguanos, os Tikuna, etc. Nessas e em outras ações não se pode colocar a relação etnólogo-órgão indigenista como de plena harmonia. Porém, era uma de integração do conhecimento aos interesses maiores da nação brasileira. *

Conclui-se então que, se há um impasse moral e político do etnólogo-qualificado pela sua limitada capacidade de ação e inserção no panorama político nacional, do qual a FUNAI é apenas um elemento - este impasse só se resolve pela ação proveniente da tomada de consciência de sua responsabilidade moral, no dizer sartreano. Essa ação implica no reconhecimento do impasse e na busca de sua transcendência. Efetivamente pode-se dizer que o etnólogo reconhece a sua limitação no campo da ação, compromete-se com as regras do jogo, mas luta pela ampliação do seu conhecimento dentro da luta pela ampliação das franquias democráticas que devem orientar essas regras do jogo. Assim, é que, na elaboração de propostas em prol dos povos indígenas na área de influência do Projeto Carajás, sentimo-nos no dever de dialogar com os índios em questão; de promover a conscientização de chefes de posto, enfermeiros, sertanistas e outros funcionários locais quanto às possíveis consequências desse projeto sobre esses povos; de trazer ao conhecimento do público o teor do nosso trabalho, suas possibilidades e limitações. Sentimo-nos igualmente no direito de fazer o balanço crítico do desempenho da FUNAI, tanto do lado positivo quanto do negativo, e de levantar todas as questões que promovam

(*) Para uma discussão teórica sobre o conceito de nacionalidade recomendo a leitura do livro O que é Nacionalidade, de Guillermo Raul Rubem, a sair brevemente pela Editora Brasiliense, São Paulo.

a ação positiva desse órgão. Isto tudo deve ser feito a bem dos povos indígenas e seu congresso com o povo brasileiro em geral.

Desta maneira, não deve o etnólogo temer a ação, pois afinal a história estará do seu lado.

Neste sentido, finalizando essas reflexões, submeto uma vez mais à apreciação da FUNAI as mesmas recomendações feitas no primeiro relatório. Acredito que elas possam ser acionadas em conjunto com as instâncias regional e local, na qual incluo a participação dos índios. A presença de um novo delegado na 6^a D.R. auspicia o momento adequado para a reorganização administrativa dessa delegacia, bem como para a construção de uma ação indigenista adequada à região, em rápida mudança sócio-econômica. Igualmente pode suceder no âmbito nacional.

As recomendações aludidas foram feitas num caráter mais ou menos geral para que possam ser concretizadas na prática do diálogo entre as três instâncias da FUNAI. Daqui por diante, apresentarei mais alguns pontos que deveriam entrar na pauta dessas futuras discussões e implementações. Serão ordenados em função das reservas indígenas, dos índios Guajã e do projeto de criação da Ajudância do Pindaré.

2. Reserva Turiaçu*

a. Preservação da área:

Como já mencionei anteriormente, essa reserva tem sofrido contínuas invasões sobretudo pelo seu lado meridional. O ano passado foi descoberta uma enorme clareira de mais de 50 hectares aberta a cerca de 15 km do P. I. Guajã. Aliás, não muito distante desse local, já em 1978, havia uma roça cujos donos entraram em contato com um grupo de Guajã que apanharam uma forte gripe resultando na morte de 7 pessoas do grupo, só sendo descoberto pelo então chefe do posto de atração, Sidnei Possuelo, algumas semanas depois. Desta vez, felizmente não houve contato entre os Guajã e os donos das roças, mas foi através dos Guajã que a FUNAI ficou sabendo dessa nova invasão. A expulsão desses invasores não foi feita sem sacrifícios e perigo de vida dos chefes de posto da reserva. Embora, ao que tudo indica, a Polícia Federal preste um bom serviço nesses casos, frequentemente acontece de ela levar algum tempo para aparecer deixando assim o pessoal da FUNAI num clima de atrito iminente.

As invasões ocorridas são em geral de grupos de camponeses acobertados por algum comerciante de cidades próximas, como Zé Doca ou Bom Jardim. Faz parte de uma contínua pressão dos segmentos de alto nível de exploração de uma região em fase de expansão agrícola, como comerciantes e atacadistas, para ampliar a sua influência econômica e política. Sem essa cobertura existe de modo geral uma clara consciência por parte dos camponeses locais dos limites da reserva e dos direitos inerentes aos índios de preservação de suas terras.

Acredito que a única maneira efetiva de acabar com essas invasões seria a reformulação da estrutura agrária local pelo maior aproveitamento econômico e político dos pequenos camponeses. Esperando que uma solução desse tipo eventualmente encontrará respaldo mais amplo no Maranhão, constato no presente uma grande dificuldade no surgimento de uma tal política. Deve-se portanto buscar

(*) Os dados estatísticos referentes às áreas e demografia já foram apresentados no primeiro relatório para o qual reporto o leitor.

as soluções atuais, de cunho temporário, através do patrulhamento da área e do respaldo das polícias federal e militar regionais.

Interno à reserva existe uma outra medida que ajudaria a solucionar o problema. Seria a criação de um posto indígena na parte sudoeste extrema da reserva. Esse posto ficaria responsável pelo patrulhamento de aproximadamente um quarto da área total da reserva, ou 125.000 hectares. A criação deste posto teria como finalidade maior servir de apoio para os índios Guajá que se encontram fora desta reserva, bem como da reserva Caru, mais exatamente na região entre essas duas, nas proximidades do rio Turizinho e do próprio rio Gurupi.

Na parte setentrional da reserva, a aproximadamente 15 km do seu limite, foram descobertos recentemente alguns garimpos de ouro que logo atraíram um enorme contingente de garimpeiros e aventureiros. Conhecidos pelos nomes de Serrinha, Grotão da Fome e Centro do Limão, no município de Carutapera, esses garimpos contam com cerca de 15.000 homens. Há boatos de que a direção do veio de ouro aponta para o interior da reserva, o que traria problemas indescritíveis. Um alerta por parte do chefe de posto do Posto Indígena Alto Turiaçu, Sr. Fred Spatti, já foi dado à delegacia em São Luís.

b. Saúde:

Em relação aos índios Guajá, parecem estar surgindo sinais de uma recuperação de sua população anteriormente fortemente abalada por mortes que a baixaram a um quarto do seu contingente existente em 1973, ano do primeiro contato com uma equipe da FUNAI. Tais sinais são o nascimento de três crianças este ano e o aparente bem-estar das outras pessoas, mesmo sem a presença constante de um atendente de enfermagem. Há porém uma contínua presença de malária. Visto que são apenas 32 índios e 3 ou 4 funcionários da FUNAI, é possível de se controlar a incidência da malária por um tratamento bem feito nesta população e um controle da presença do plasmódio de quem vem à área. Isso deveria caber numa programação do Posto Indígena Guajá.

Quanto aos Urubu-Kaapor, as informações fornecidas pelo Sr. Fred Spatti são no sentido de uma lenta recuperação dessa população através do decréscimo no nível de mortalidade infantil. O Sr. Spatti tem tomado a iniciativa de convidar um médico ou outro para

observar e estudar por algum tempo essa questão de saúde dos Kaapor, o que de alguma forma tem ajudado na prática cotidiana dos atendentes de enfermagem da área. Porém o quadro é bastante complexo, com incidência endêmica de tuberculose e doenças venéreas de longa data, o que em si bastaria para chamar a atenção devida da O. D.R. Nesse sentido uma iniciativa de estudo desse caso seria muito oportuna.

c. Transporte terrestre:

Este item diz respeito à necessidade de se construir uma rede de estradas no interior da reserva para ligar as aldeias que se encontram a longas distâncias dos postos. Tal comunicação por jeep facilitaria muito o trabalho de atendimento médico na área, o que é o motivo principal. Desta forma, não seria necessário a contratação de mais atendentes de enfermagem.

d. Educação:

Não existe programa para os Guajá, nem há necessidade disso nos próximos anos. Entretanto os Urubu-Kaapor já têm escola (aldeia Zé Gurupi) e há um projeto para se criar outra na aldeia Taboca. Na verdade o programa atual necessita reciclagem. Esse assunto será discutido mais em detalhes quando falar das funções da Ajudância do Pindaré.

e. Outras Questões:

No último relatório descrevi a situação dos Urubu-Kaapor em termos de sua saúde e sua posição perante os "civilizados" como uma de incerteza e indecisão. Parecia que nesses dois aspectos não se poderia prever para onde iriam ir os Kaapor. Um ano não é suficiente para se apontar uma direção. No entanto, com esperanças podemos dizer que a saúde dos Kaapor pode apresentar um quadro mais positivo no futuro próximo. Quanto à sua indecisão cultural, a questão agora deve ser colocada mais em termos das possibilidades econômicas e históricas (no sentido mais geral) que se lhes apresentam. Assim é que existe um desejo de adquirir bens industrializados, e que isso pode ser feito através do seu próprio trabalho, seja pela produção de bens agrícolas excedentes, como o arroz visto na aldeia Zé Gurupi - como de bens extrativos, como o cipó títica encontrado em outros locais. Como fruto do seu trabalho, os bens adquiridos não mais se lhes aparenta

rão serem bens extraordinários, porém alcançáveis e concretos. Desta forma vai se dar a formação do conhecimento do mundo exterior de uma forma real, o que lhes propiciará a auto-confiança quanto à sua própria cultura.

O contato mais aproximado com outros povos indígenas através de um programa como o que será delineado para a Ajudância do Pindaré trará enormes possibilidades inusitadas aos Kaapor. Quem sabe se, numa situação de confiança com o seu mundo e o mundo dos civilizados, como se propõe o programa mencionado, não surgirão condições dos Kaapor recuperar a sua antiga força pré-pacificação? Esta é realmente uma meta digna de um esforço de uma nova filosofia indigenista.

Quanto aos Guajã, falaremos um pouco mais no item Guajã. Os chamados índios Tembê que não são senão os Tenetehara, e que vivem no rio Gurupi, subordinados ao Posto Indígena Canindé, têm um futuro mais claro, sobretudo porque fazem parte de um contingente populacional de mais de 6.000 pessoas. O seu franco ressurgimento cultural crescerá sem dúvida com o seu maior contato com os Tenetehara do Pindaré e os Tembê que vivem na Reserva Guamá, situada no estado do Pará.

3. Reserva Caru

a. Preservação da área:

Se contarmos o elevado número de invasões diárias por parte de caçadores e coletores de coco babaçu, não poderemos falar de inviolabilidade desta área. A questão a ser feita é: pode-se ou não evitar essas invasões? Obviamente tudo depende de uma decisão da 6^a D.R. de efetivar a preservação da área. Mesmo admitindo-se invasões ocasionais, não se pode deixar por isso mesmo uma situação como a que ocorre na área defronte ao povoado Impueira. Deste povoado, com cerca de 1.000 pessoas, faz-se como coisa natural a penetração de caçadores até com cachorros, e mulheres que vão quebrar coco babaçu. O chefe do posto do Posto Indígena Caru, Sr. Raimundo Mourão se diz incapaz de evitar esses desmandos, não obstante suas reclamações, visto que sua vida, segundo ele próprio, estaria em perigo. A ser colocada nesses termos, a criação de 5 postos de vigilância ao longo da reserva não ajuda

ria em nada. Portanto é necessária uma determinação forte da 6ª D.R. para se criar um clima de respeito à reserva que assegure o papel de proteção dos futuros postos de vigilância.

À parte essas invasões predatórias, existe uma ameaça que paira pesadamente sobre essa reserva. De fato, são cerca de 20.000 o número de pessoas que vivem ao longo dos rios Pindaré e Caru nas partes que se confrontam com a reserva. Vivem essas pessoas num baixo nível de vida e, pior ainda, numa insegurança social maior. Não sabem se podem ou irão continuar nessas terras, temendo a ação de grileiros, fazendeiros e até a inação da Ferrovia Carajás quanto ao escoamento de sua produção e o transporte rodoviário (que existiu até o assentamento dos trilhos). Em épocas de eleições são iludidos com a promessa de que a reserva indígena será "liberada" para eles, e frequentemente esses boatos chegam a causar indagações em massa. Efetivamente este é o caso mais drástico de periclitância de preservação da área indígena dentre as três aqui consideradas.

Ainda a ser considerado neste ponto é o problema de grupos Guajá que vivem fora de reservas demarcadas. Uma das maneiras de se solucionar este problema seria estender as fronteiras da Reserva Caru a oeste até o rio Gurupi e ao sul até o paralelo 4º. Essa extensão não seria nada mais que a aplicação dos limites da Reserva Florestal do Gurupi. Toda essa área mencionada foi por mim sobrevoada em agosto deste ano e ficou comprovada a sua inviolabilidade a nível de povoados e roças. Há notícias de que parte desta área pertence a empresas particulares, como a VARIG. Parece, no entanto, que essa fazenda não atinge os limites apresentados pelo menos no nível de exploração. Por outro lado, há nessa área uma presença regular de grupos Guajá o que por si só representa um direito indígena. Para que seja possível a ampliação da Reserva Caru e a conquista formal e oficial de um território Guajá faz-se mister um trabalho conjunto entre a FUNAI e o IBDF e uma presença mais determinada da própria CVRD.

Recentemente estava em operação o reavivamento dos picos limítrofes meridionais deixado de lado porque faltou água para a equipe de trabalho.

b. Saúde

Entre os índios Tenetehara que habitam a parte nordeste da reserva, existe uma enfermeira e condições boas de atendimento já que as aldeias se comunicam pelos rios e há meios de transportes para isso. A enfermaria também está bem equipada. Aliás, as condições de atendimento médico dos Tenetehara se dão num clima de tanta segurança que às vezes até ocorrem desleixos. É que os Tenetehara, pelo seu número e tempo de conhecimento do mundo civilizado, se relacionam com esperteza, senão firmeza, nesse mundo. Ocorre em relação a eles fatos opostos. Por exemplo: a enfermeira do Posto Indígena Caru ocasionalmente exagera nos seus cuidados transportando índios doentes até São Luís quando poderiam ser atendidos por ela própria ou mesmo em Santa Inês. E pelo contrário: já ocorreu de médicos ou dentistas da 6^a D.R. minimizarem problemas de saúde de índios Tenetehara pelo pouco caso que eles davam aos seus próprios sintomas e por uma atitude de negligência no se cuidar.

Portanto, de maneira geral, os problemas de saúde dos Tenetehara são resolvíveis a nível local e regional, em último caso. O que se deve salientar a esse respeito é uma programação mais frequente de reciclagem de atendentes de enfermagem por meio de cursos, palestras, etc.

Os Guajã que se encontram na reserva devem somar cerca de 80-100 pessoas. Temos conhecimento concreto de 42 pessoas, dos quais 22 vivem nas proximidades do Posto Indígena Awa. O nível de saúde entre estes índios não pode ser confiável. O contato se deu em 1980 e já houve várias perdas, conforme já relatado anteriormente. A presença de um atendente de enfermagem que tem ótima dedicação e comunicação com esses índios é um bom augúrio. Porém reconhecidamente precisa uma atenção mais frequente por parte de um médico para que haja um atendimento mais promissor.

A saúde dos Guajã se torna menos confiável quando sabemos que há cerca de 200 Guajã sem contato com a FUNAI, porém em eminência de contato com elementos da sociedade regional. A necessidade de uma conscientização a esse respeito deve se dar sobretudo pela Equipe Móvel Guajã e a Equipe Volante de Saúde a ela ligada. Acrescente-se que essa conscientização deve ser feita em conjunto com uma atuação claramente de respeito e diálogo com esse povo.

c. Postos de Vigilância:

Quando de minha presença no campo, entre 18 de julho a 22 de agosto, já havia sido construído um Posto de Vigilância e outro estava em construção. Um se situa confronte ao povoado São João do Caru, no rio Caru; o outro próximo ao povoado Altamira, no rio Pindaré. Ambos os povoados têm população entre 2.000-3.000 habitantes e hábitos de invasão da reserva. Os outros postos de vigilâncias deverão ser construídos próximos a Impueira (rio Pindaré), Bom Jesus e Conceição do Caru (rio Caru). A finalidade desses postos de vigilâncias é dupla: vigiar a reserva e servir de apoio a grupos Guajá da reserva ou que para lá sejam transferidos. Portanto, o estatuto de um posto de vigilância deve se aproximar de um posto normal, pelo menos no que se refere ao apoio logístico a uma população indígena. Pelo menos os postos de vigilâncias de Altamira e Conceição devem ser dotados para esse apoio, portanto devem ser chefiados por pessoas com prática indigenística já comprovada entre os Guajá.

d. Educação:

Há uma escola dirigida por um monitor bilingue com desempenho sofrível. Quase todos os Tenetehara falam exclusivamente o português preferindo assim serem alfabetizados.

e. A Questão Guajá:

Já caracterizamos em relatório anterior os Guajá como um povo nômade, de contato recente ou nulo e com alto grau de dispersão, havendo vários grupos fora de reservas demarcadas, portanto, sem território oficial. Em pelo menos um caso, o de um grupo que hoje se localiza a mais de 500 km de distância de seu território tradicional, no município de Goiatins, estado de Goiás, ou arredores, não pode ser resolvido pela demarcação de um território próprio. Sabemos que este grupo se refugiou naquela região nos últimos 5-6 anos devido a perseguições feitas pelos próprios civilizados no seu território tradicional, o município de Amarante. É portanto aconselhável o contato desse grupo e seu repatriamento para o seu território anterior à dispersão.

Pelas características dos Guajá constatamos que eles requerem um grau de envolvimento e planejamento mais específico. Há que se pensar em: 1. demarcação de um território próprio, talvez

através da extensão da Reserva Caru. 2. Programação de contato de grupos fora de reserva. 3. Formação de uma equipe de trabalho (Equipe Móvel Guajá) que coordene um Programa Guajá que inclua os pontos acima, bem como os postos indígenas Guajá I e Guajá II (ambos na Reserva Turiaçu) e Awa (na Reserva Caru) e os postos de vigilância. A Equipe Móvel Guajá deve ter uma equipe médica capaz de concretizar um programa de imunizações, profilaxia básica e atendimento geral para evitar perda populacional. Deve igualmente criar programas de agricultura ou pecuária em caráter explicitamente experimental e de comum acordo com os próprios índios.

Algumas dessas medidas já estão sendo tomadas. Falta uma agilização maior da Equipe Móvel Guajá através da efetivização de seu pessoal, inclusive o médico, e a garantia de verbas específicas. A criação de um cronograma de trabalho, sobretudo em relação ao contato com grupos Guajá, deve ser feito em termos de prioridades de possibilidades da equipe. O aprendizado da língua Guajá deve ser encorajado entre todos os membros.

4. Reserva Pindaré

a. Preservação da área:

Os motivos de preocupação nesta área se prendem à sua proximidade com a zona urbana das cidades de Santa Inês e Bom Jardim. Santa Inês, que pretende se tornar um dos polos industriais do Maranhão, beneficiada que é por um eixo rodoviário e agora em treposto ferroviário, tem tendências reais de alto crescimento. Dois anos atrás tentou-se construir seu aeroporto exatamente dentro da Reserva Pindaré, tendo sido esse plano rechaçado pela ação dos Tenetehara.

A área, de apenas 15.004 hectares, sofre invasões corriqueiras de quebradores de coco, gado de vizinhos e ocasionais caçadores. Há um certo clima de tensão devido a essas ocorrências, bem como pela propalada idéia de que esta área eventualmente será liberada. Anualmente, o chefe do posto, Sr. Benvindo Castro, é requisito para arrendar lotes a camponeses locais, uma prática que já existiu alguns anos atrás e que foi causa de desbastamento quase total da área de floresta de transição local.

Recentemente a área teve os seus limites ativados.

b. Saúde:

Há uma enfermagem em boas condições e pela proximidade com Santa Inês os problemas mais graves encontram solução adequada. Os Tenetehara e remanescentes de outros povos que lá vivem têm um nível adequado de enquadramento às prescrições médicas.

c. Educação:

Aqui situa-se a mais antiga escola de alfabetização do Maranhão. Existe desde 1941, embora só nos últimos 7 anos tenha tido um nível de atendimento mais adequado. Não há professores bilingües locais, como em outras reservas Tenetehara.

d. Agricultura:

Aqui, como no Posto Indígena Caru, existe um programa de fornecimento de crédito agrícola a quem desejar. Este é um programa criado pela iniciativa do Sr. Benvindo Castro e que recentemente recebeu o aval do 6^a D.R. O programa é uma das raras iniciativas econômicas que chegam a dar certo. Sua meta era desviar a força de trabalho Tenetehara da quebra do coco e aluguel de cocais para a plantação de roças de mandioca, arroz, feijão e milho. Nos últimos anos a produção desses gêneros têm causado espanto entre pessoas que há décadas conheciam os Tenetehara como "vagabundos". O financiamento é feito através do sistema de cantina, a qual empresta e recebe em gêneros a preços regionais. A própria cantina vende muitas mercadorias a preços inferiores ao das praças locais. Recentemente a 5^a D.R. procurou estender esse programa para outras áreas, como Caru, Anjico Torto, Araribóia e Canubal. Pressionado pelos Tenetehara da região de Barra da Corda, o mesmo foi estendido para lá. Porém em todos esse casos a garantia do sucesso do programa não é tão segura quanto no Pindaré. O programa deve ser estudado com cuidado pela delegacia em conjunto com os próprios Tenetehara para haver uma base mais sólida de compromisso mútuo. Dessa forma poderemos ter mais segurança do bom desempenho do programa.

5. Ajudância do Pindaré

Na verdade esse item é fictício. A existência dessa ajudância está dependendo, no entretanto, exclusivamente do aval da presidência da FUNAI, pois nas instâncias regional e local a idéia tem forte aceitação. Aliás ela me foi sugerida em conversas com chefes de postos e índios da região do Pindaré. Todos eles se ressentem da necessidade de se deslocar para São Luís a fim de resolver problemas que poderiam ser atendidos em Santa Inês, por exemplo. Sentem falta do contato mútuo, de discussões a respeito do que está ocorrendo na região e de uma programação mais estável e firme que guie suas ações mais racionalmente.

Quais as vantagens de uma tal Ajudância?

1. Marcar presença numa área como a Reserva Pindaré, potencialmente muito cobiçada pela expansão de Santa Inês. Dessa forma, dar força e confiança dos propósitos da FUNAI de defender os direitos inalienáveis de preservação do patrimônio indígena.
2. Coordenação dos vários postos e reservas que se situam na área de impacto indireto da Ferrovia Carajás.
3. Criação de infraestrutura ideal para a formação de uma política indigenista condizente com os novos e difíceis tempo da Era Carajás na região.
4. Ativação de um novo modus vivendi entre funcionários da FUNAI e os índios de maneira a suscitar mais diálogo e mais compromisso mútuo.
5. Proporcionar condições para o congressamento de índios de locais separados e etnias diversas no intuito de formar uma cultura de relacionamento que crie uma maior auto-segurança de sua posição perante o mundo dos brancos.
6. Ter condições de proporcionar tratamento médico adequado aos índios sem ter que movê-los a São Luís.
7. Abrir escolas e oficinas de trabalho para permitir o aprendizado escolar acima dos primeiros três anos do primário, bem como o treinamento em ofícios como mecânica e técnicas agrícolas em geral.

8. De modo geral, a Ajudância do Pindaré proporcionaria um ambiente de integração de esforços, através da conjunção do pensamento indigenista com o pensamento indígena, no sentido de programar e efetivar as linhas de ação para a preservação do patrimônio indígena local e para condicionar, sem destruir, as culturas indígenas às exigências dos novos tempos.

6. Conclusões

No espaço de um ano decorrente entre a apresentação do primeiro relatório e o presente, permanecem válidas as sugestões então apresentadas. Na verdade é preciso que agora haja um feedback positivo por parte da FUNAI, o qual sirva para um posicionamento sobre os problemas abordados. Acredito firmemente nas possibilidades de implementação dessas propostas, que são realistas e dirigidas para uma política indigenista moderna. A sua não efetivação, a meu ver, não engrandece a tradição rondonista do estado brasileiro.